



CONTRATO Nº 06/2023
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2023 – SECOM
Processo Administrativo nº 2023/83267

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE
AR CONDICIONADO CELEBRADO
ENTRE O ESTADO DO PARÁ,
ATRAVÉS DA SECRETARIA DE
ESTADO DE COMUNICAÇÃO E A
EMPRESA NFS MONTEIRO
SOLUÇÕES TECH LTDA**

O **ESTADO DO PARÁ**, pessoa jurídica de direito público interno através da **SECRETARIA DE ESTADO DE COMUNICAÇÃO - SECOM**, com sede na Av. Visconde de Inhaúma, nº 1629, Bairro: Pedreira na Cidade de Belém CEP:66085-734, Estado do Pará, inscrito no CNPJ (MF) sob o nº 05.575.916/0001-93, neste ato representado pela Sra. **VERA LUCIA ALVES DE OLIVEIRA**, Secretária de Estado de Comunicação, brasileira portadora da Carteira de Identidade nº [REDACTED] – SSP/PA e inscrita no CPF nº [REDACTED], residente e domiciliada nesta capital, e, doravante denominada **CONTRATANTE**, e **NFS MONTEIRO SOLUÇÕES TECH LTDA** empresa estabelecida nesta capital, sediada na Passagem Jose Leal Martins, nº 585, bairro: Marco, CEP: 66095-280, inscrita no CNPJ/MF sob nº 34.008.992/0001-15 neste ato representada por **FRANK SINATRA DE AZEVEDO**, brasileiro, portador da Identidade nº [REDACTED] e do CPF nº [REDACTED], residente e domiciliado nesta capital, doravante denominada **CONTRATADA**, acordam e ajustam firmar o presente contrato, em conformidade com o Pregão Eletrônico Nº. 01/2023, e a legislação vigente, especialmente com as Leis nº. 10.520/02 e nº. 8.666/93 e mediante as cláusulas e condições que reciprocamente se outorgam e se obrigam:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente Contrato será regido pelo disposto na Lei nº 8.666/1993, Lei nº 10.520/2002, Decreto nº 877 e 878, de 31 de março de 2008, Decreto Estadual 991/2020, Decreto Estadual 2.069, de 20 de fevereiro de 2006, Decreto Estadual nº 534, de 04 de fevereiro de 2020 e demais legislações aplicáveis ao assunto.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

O presente Contrato vincula-se às regras dispostas no Edital de Licitação Nº 01/2023 (Pregão Eletrônico) e aos termos da proposta vencedora.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA APROVAÇÃO DA MINUTA

A minuta deste Contrato foi aprovada pela Consultoria Jurídica da **SECRETARIA DE ESTADO DE COMUNICAÇÃO - SECOM**, nos termos do Parágrafo Único do art. 38, da Lei nº 8.666/1993 e inciso IX, do art. 30, do Decreto nº 5.450/2005.

CLÁUSULA QUARTA – DA COMPETÊNCIA

Neste Ato a **SECOM** será representado pela Sra. **VERA LUCIA ALVES DE OLIVEIRA**, nomeada de acordo com Decreto Governamental de 03 de outubro de 2022, portador do RG nº 1476080 e inscrita no CPF nº 267.255.922-87, residente a nesta capital.

CLÁUSULA QUINTA – DO OBJETO

O presente Contrato tem como objeto a contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de instalação/desinstalação/reinstalação de ar condicionado instalados nas dependências da **SECRETARIA DE ESTADO DE COMUNICAÇÃO**. Passam a fazer parte integrante deste Contrato, sob a forma de anexos, como se nele fossem



transcritos, no seguinte documento:

GRUPO 02: instalação e desinstalação desses equipamentos, com fornecimento de material e equipamentos necessários, sem dedicação de mão de obra exclusiva.

Item	Descrição	Quant	Unidade	Valor unitario R\$	Valor total R\$
1	Serviços de desinstalação de equipamentos de ar condicionado tipo Split, com acondicionamento de equipamentos e acessórios, modelos de capacidade nominal 12.000 Btus/h a 18.000 Btus/h	30	Serviço	R\$ 90,00	R\$2.700,00
2	Serviços de desinstalação de equipamentos de ar condicionado tipo Split, com acondicionamento de equipamentos e acessórios, modelos de capacidade nominal 24.000 Btus/h a 46.000 Btus/h.	25	Serviço	R\$ 110	R\$2.750,00
3	Serviços de desinstalação de equipamentos de ar condicionado tipo K7, com acondicionamento de equipamentos e acessórios, modelos de capacidade nominal 24.000 Btus/h	10	Serviço	R\$180,10	R\$1.801,00
4	Reinstalação de equipamentos de ar condicionado tipo Split, com acondicionamento de equipamentos e acessórios, modelos de capacidade nominal 12.000 Btus/h a 18.000 Btus/h. (até 5 metros)	30	Serviço	R\$ 496,70	R\$14.901,00
5	Reinstalação de equipamentos de ar condicionado tipo Split, com acondicionamento de equipamentos e acessórios, modelos de capacidade nominal 24.000 Btus/h a 46.000 Btus/h. (até 5 metros)	25	Serviço	R\$ 600,00	R\$15.000,00
6	Reinstalação de equipamentos de ar condicionado tipo K7, com acondicionamento de equipamentos e acessórios, modelos de capacidade nominal	5	Serviço	R\$ 800,00	R\$ 4.000,00
VALOR TOTAL R\$ 41.152,00 (quarenta e um mil, cento e cinquenta e dois reais)					R\$ 41.152,00

CLÁUSULA SEXTA – DO FORNECIMENTO

O objeto deste Contrato será fornecido conforme a necessidade do Órgão Contratante.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA MANUTENÇÃO PELA CONTRATADA DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO:

7.1 – Obriga-se a **CONTRATADA** a manter, durante a vigência contratual, todas as condições demonstradas para habilitação na Licitação efetuada, de modo a garantir o cumprimento das obrigações assumidas, e, deverá atualizar os documentos cuja validade expire durante a vigência contratual, bem como garantir o cumprimento das obrigações assumidas;

7.2 –A **SECRETARIA DE ESTADO DE COMUNICAÇÃO - SECOM** deverá ser in. formada sempre que houver alteração do Contrato Social da Empresa, através do envio de cópia do contrato atualizado.

As empresas licitantes que declararam o enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos de art. 3º da Lei Complementar nº. 123/2006 e 128/2008, atendendo às disposições constantes no arts. 42 a 45 do mesmo diploma legal, ou sociedade cooperativa que se enquadre nas condições dispostas no art. 34 da Lei 11.488/2007, desde que não elencada no rol constante do Termo de Conciliação judicial celebrado entre o Ministério Público do Trabalho e a Advocacia-Geral da União em 05 de junho de 2003, deverão comprovar tal situação, apresentando seu Registro de Empresas Mercantis ou o Registro Civil de Pessoas Jurídicas, de acordo com o art. 3º da Lei Complementar nº. 123/2006, devidamente atualizado. Tal comprovação deverá ser enviada no momento da solicitação.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1 - São obrigações da **CONTRATANTE**:

Para garantir o cumprimento do presente Contrato, a **CONTRATANTE** se obriga a:

8.1.1 - Efetuar o pagamento na forma convencionada neste Instrumento;

8.1.2 - Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato através de servidor designado como Representante da Administração, que anotar, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e atestará as notas fiscais/faturas e recibos para fins de pagamento;

8.1.3 - Aplicar à **CONTRATADA** as penalidades regulamentares e contratuais cabíveis;

8.1.4 - Zelar pela boa qualidade do serviço, receber, apurar e solucionar queixas e reclamações dos usuários;

8.1.5 - Comunicar oficialmente à **CONTRATADA** quaisquer falhas ocorridas, consideradas de natureza grave.

8.1.6 - A **CONTRATANTE** poderá exigir o imediato afastamento de qualquer empregado ou preposto da **CONTRATADA** que causar embaraços à fiscalização, que se conduza de modo inconveniente ou incompatível com o exercício das funções que lhe forem conferidas;

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9 - Para garantir o cumprimento do presente Contrato, a **CONTRATADA** se obriga a:

9.1 - Permitir e subsidiar com informações o acompanhamento e fiscalização por parte da contratante;

9.2 - Apresentar relatório de fornecimento quando solicitado;

9.3 - Assumir total responsabilidade por qualquer dano causado à **CONTRATANTE**, a seus prepostos ou terceiros, provocados por ação ou omissão, em decorrência da execução deste contrato, não cabendo à **CONTRATANTE**, em nenhuma hipótese, responsabilidade por danos diretos, indiretos ou lucros cessantes decorrentes;

9.4 - Manter durante a vigência do Contrato as mesmas condições para sua contratação com a Administração Pública, apresentando sempre que exigidos os comprovantes de regularidade fiscal;

9.5 - A Contratada deverá indicar um responsável na qualidade de preposto, para representá-la durante a execução do contrato, bem como para dirimir questões ao mesmo relacionado;

9.6 - Reconhecer os direitos da Administração previstos neste instrumento e na legislação pertinente em caso de inexecução total ou parcial do Contrato, sem prejuízo da sua rescisão;

CLÁUSULA DÉCIMA - DA FISCALIZAÇÃO

O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade do fornecimento dos produtos e da alocação dos recursos necessários, de



forma a assegurar o perfeito cumprimento do contrato, e serão exercidos por representantes designados pela **SECRETARIA DE ESTADO DE COMUNICAÇÃO - SECOM**, conforme a Lei nº 8.666/1993, ficando a **CONTRATADA** obrigada a atender às observações de caráter técnico do fiscal, que se acha investido de plenos poderes para:

10.1 - Conferir se o objeto entregue está de acordo com as especificações técnicas exigidas;

10.2 - Informar à Coordenação Administrativa e Financeira – **SECRETARIA DE ESTADO DE COMUNICAÇÃO – SECOM** as ocorrências que exijam decisões e providências que ultrapassem a sua competência;

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA – DO PAGAMENTO

11.1 - A Nota Fiscal deverá fazer referência ao número do Pregão e Contrato, constando inclusive o número do telefone da empresa fornecedora.

11.2 - No caso de devolução da Nota Fiscal, Fatura ou Recibo para correção, o prazo de pagamento passará a ser contado a partir da data de reapresentação dos referidos documentos.

11.3 - O pagamento da Nota Fiscal somente será efetuado após a verificação da regularidade da contratada junto a Seguridade Social – CND e ao Fundo de Garantia de Tempo de Serviço – FGTS;

11.4 - A **CONTRATANTE** poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela contratada, nos termos deste Edital e do Contrato.

11.5 - Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.

11.6 - O pagamento será efetuado mediante o processamento do documento de cobrança apresentado pela **CONTRATADA**, devidamente certificado por fiscal credenciado da **SECRETARIA DE ESTADO DE COMUNICAÇÃO - SECOM**, o pagamento será realizado em C/C do Banco do Estado do Pará- BANPARÁ em conformidade ao Decreto Estadual nº 877, de 31 de março de 2008.

11.7 - Será procedida consulta "ON LINE" junto ao SICAF antes de cada pagamento a ser efetuado ao fornecedor, para verificação da situação do mesmo, relativamente às condições exigidas no empenho, cujos resultados serão impressos e juntados aos autos do processo próprio.

11.8 - Constatada a irregularidade fiscal e/ou trabalhista, o Órgão ou Entidade contratante poderá aplicar, garantido o contraditório e a ampla defesa, as penalidades decorrentes do art. 87 da lei 8.666/93.

11.9 - Não será motivo para retenção de pagamento por serviços prestados, a irregularidade fiscal e trabalhista por parte da Contratada. Contudo, constatada a situação de irregularidade, o Órgão ou Entidade Contratante deverá advertir, por escrito, à contratada, a fim de que esta, em prazo exequível, regularize sua situação junto ao SICAF ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa, sob pena de rescisão do contrato.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA

O pagamento será creditado em conta corrente da **CONTRATADA** junto ao Banco do

Estado do Pará, até 30 (trinta) dias a partir da entrega do material, mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura, por meio de ordem bancária, devendo para isto ficar explicitado o nome da agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito, devendo a **CONTRATADA** estar em situação regular no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores (SICAF), relativas ao mês da competência.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA

Será sustado o pagamento do evento, sem prejuízo das obrigações da **CONTRATADA**, quando a mesma deixar de cumprir as especificações e cláusulas contratuais vinculadas a tal evento.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA

A **SECRETARIA DE ESTADO DE COMUNICAÇÃO - SECOM** efetuará os pagamentos mediante Ordem Bancária. Para tanto, a **CONTRATADA** deverá informar no documento de cobrança, o nome e o número do banco, a agência e conta corrente onde será creditado o pagamento. A Conta Corrente somente deverá estar em nome da **CONTRATADA**, de acordo com o Decreto Estadual nº 877, de 31 de março de 2008.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA ATESTAÇÃO DA NOTA FISCAL/ FATURA

Caberá ao titular da Área de Apoio Administrativo e Logística da **SECRETARIA DE ESTADO DE COMUNICAÇÃO - SECOM**, ou servidor expressamente designado, a atestação das Notas Fiscais, Faturas e Recibos, objeto desta licitação, para efeito de pagamento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. Os recursos orçamentários necessários para atender às despesas decorrentes deste Contrato constam do orçamento aprovado da **SECRETARIA DE ESTADO DE COMUNICAÇÃO – SECOM** para o exercício de 2023, como a seguir especificado:

PROGRAMA DE TRABALHO: 24.122.1297.8338 – Operacionalização das ações administrativas

NATUREZA DA DESPESA:

33903900 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

33903912 – Manutenção e conservação de máquinas e equipamentos, exceto TIC

FONTE DE RECURSO: 0150 - Recursos Ordinários

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO PREÇO

O preço mensal para a execução dos serviços contratados importa na quantia de: 41.152,00 (quarenta e um mil, cento e cinquenta e dois reais).

14.1 – A **CONTRATANTE** emitiu a Nota de Empenho 2023 NE _____, de _____ de 2023, no valor de _____, para a cobertura das despesas decorrentes do presente Contrato;

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

15.1 – O contrato a ser firmado poderá ser alterado nos casos previstos na Lei n.º 8.666/93, desde que haja interesse da **NFS MONTEIRO SOLUÇÕES TECH LTDA** e da **SECRETARIA DE ESTADO DE COMUNICAÇÃO SECOM**, com apresentação das devidas justificativas.



CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO ACRÉSCIMO OU SUPRESSÃO DO VALOR CONTRATADO

16.1 – No interesse da Administração da **SECRETARIA SECRETARIA DE ESTADO DE COMUNICAÇÃO - SECOM**, o valor inicial, poderá ser acrescido ou suprimido até o limite previsto na Lei n.º 8.666/93;

16.2 – A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições licitadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários.

16.3 – Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido nesta condição, exceto as supressões resultantes de acordo entre as partes.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1 – Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, a **CONTRATANTE** poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à **CONTRATADA** as seguintes sanções:

17.2 – Nos termos do art. 86, da Lei nº 8.666, de 1993, fica a **CONTRATADA**, em caso de atraso injustificado na execução do respectivo Contrato, sujeita à multa moratória de 0,3% (três décimos por cento) ao dia, calculada sobre 1/12 do valor anual estimado do Contrato, por dia e por ocorrência (localidade/município).

17.3 – Na hipótese do item anterior, decorrido o lapso de 30 (trinta) dias, o órgão ou entidade **CONTRATANTE** deverá manifestar-se sobre o interesse na continuidade da execução do contrato.

17.4 – Não havendo mais interesse do órgão ou entidade **CONTRATANTE** na execução do contrato, total ou parcialmente, em razão do descumprimento, por parte da **CONTRATADA** de qualquer das condições avençadas, fica estipulada a multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor anual estimado do contrato, nos termos do inciso II, do artigo 87, da Lei n.º 8.666, de 1993.

17.5 – O disposto nos itens anteriores não prejudicará a aplicação de outras penalidades a que esteja sujeita a **CONTRATADA**, nos termos dos arts. 87 e 88 da Lei n.º 8.666, de 1993, e nas disposições da Lei nº. 10.520, de 2002.

17.6 – O valor de multa, apurado após regular procedimento administrativo, será descontado dos pagamentos eventualmente devidos à **CONTRATADA**.

17.7 – Se o valor da multa for superior ao valor devido à **CONTRATADA**, a diferença será cobrada administrativamente, ou judicialmente, se necessário.

17.8 – Essas penalidades poderão ser relevadas ou atenuadas pela autoridade competente, aplicando -se o Princípio da Proporcionalidade, em razão de circunstâncias fundamentadas em fatos reais devidamente comprovados.

17.9 – A **CONTRATADA** ficará impedida de licitar e de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, garantido o direito prévio do contraditório e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, se:

- a) Comportar-se de modo inidôneo;
- b) Fizer declaração falsa;
- c) Cometer fraude fiscal;
- d) Falhar ou fraudar na execução do contrato;



17.10 – Além das penalidades citadas, a **CONTRATADA** ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedores do Estado do Pará e, no que couber, às demais penalidades referidas no Capítulo IV da Lei n.º 8.666/93;

17.11 – Comprovado impedimento ou reconhecida força maior devidamente justificado e aceito pela **CONTRATANTE** isentará a **CONTRATADA** das penalidades mencionadas;

17.12 – A critério da Administração da **SECRETARIA DE ESTADO DE COMUNICAÇÃO SECOM** o valor da (s) multa(s) poderá ser descontado dos valores a serem pagos à contratada.

17.13 – As sanções de advertência e de impedimento de licitar e contratar com a **SECRETARIA DE ESTADO DE COMUNICAÇÃO -SECOM** ou com a Administração Pública poderão ser aplicadas à **CONTRATADA** juntamente com a de multa, descontando- a dos pagamentos a serem efetuados;

17.14 – Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado à **CONTRATADA** o contraditório e a ampla defesa.

17.15 – No caso de anulação do procedimento por ilegalidade, o contrato dele decorrente será nulo, não assistindo aos licitantes qualquer indenização, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido dos custos que tiver comprovadamente suportado até o momento da declaração de nulidade.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA RESCISÃO

18.1 – A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei n.º 8.666/93.

18.2 – A rescisão do Contrato poderá ser:

18.2.1 – Determinada por ato unilateral e escrito da Administração da **SECRETARIA DE ESTADO DE COMUNICAÇÃO - SECOM**, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da supracitada lei, notificando -se a contratada com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias;

Amigável, por acordo entre as partes, reduzido a termo, desde que haja conveniência para a Administração da **SECRETARIA DE ESTADO DE COMUNICAÇÃO - SECOM**;

18.2.2 – Judicial nos termos da legislação.

18.3 – A rescisão administrativa será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e ampla defesa no termos do artigo 5º, inciso LV da Constituição Federal;

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À EXECUÇÃO DO CONTRATO E AOS CASOS OMISSOS

19.1 – A execução do contrato, bem como os casos neles omissos, regular-se-ão pela Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, no Decreto n.º.555, de 08 de agosto de 2000 e na Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, na forma do artigo 54 da Lei n.º.8.666/93, combinado com o inciso XII do artigo 55,



do mesmo diploma legal.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO CASO FORTUITO E DA FORÇA MAIOR

20.1 – As obrigações do presente Contrato suspender-se-ão sempre que ocorrerem circunstâncias alheias à vontade, controle e ação das partes, causadas por motivo de força maior ou caso fortuito, na forma do Código Civil, desde que sua ocorrência seja alegada e comprovada no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

Serão considerados casos fortuitos, ou de força maior, para efeito de rescisão contratual unilateral ou não aplicação de multas, os inadimplementos decorrentes das situações a seguir, quando vierem a afetar a realização da entrega do objeto do Acordo no local indicado:

- a) greve geral;
- b) interrupção dos meios normais de transportes que impeça a locomoção do pessoal;
- c) calamidade pública;
- d) acidentes, sem culpa da **CONTRATADA**, que impliquem em retardamento da execução da atividade;
- e) consequências, devidamente comprovadas, de condições meteorológicas excepcionalmente prejudiciais e não passíveis de previsão;
- f) eventuais atrasos decorrentes de dificuldades técnicas que venham a requerer a modificação do(s) Projeto(s) e Especificações, desde que autorizada pela **SECRETARIA DE ESTADO DE COMUNICAÇÃO - SECOM**;
- g) e outros casos que se enquadrem no Parágrafo Único, do art. 393, do Código Civil Brasileiro.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA

Qualquer dos motivos acima enumerados deverá ser devidamente justificado pela **CONTRATADA** perante a **SECRETARIA DE ESTADO DE COMUNICAÇÃO - SECOM**, por escrito.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA

Sempre que ocorrerem situações que impliquem em caso fortuito ou de força maior, o fato deverá ser comunicado à **SECRETARIA DE ESTADO DE COMUNICAÇÃO - SECOM**, até 24 horas após a ocorrência.

Caso não seja cumprido este prazo, o início da ocorrência será considerado 24 horas antes da data de solicitação de enquadramento da ocorrência como caso fortuito ou de força maior.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

O prazo de execução do objeto deste Contrato inicia-se na data de sua assinatura, encerrando-se em 12 meses. A vigência dos Contratos poderá ser prorrogada por iguais períodos na forma do disposto no art.57, inciso II da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DAS CÓPIAS

Do presente Contrato são extraídas as seguintes cópias:

- A) uma para a CONTRATANTE;
- B) uma para a CONTRATADA;
- C) uma, em extrato, para publicação no Diário Oficial do Estado do Pará.



CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO

23.1 – O presente Contrato será publicado sob forma de extrato no Diário Oficial do Estado do Pará, no prazo máximo de 10 (dez) dias contados da data de sua assinatura, de conformidade com o que dispõe o art. 28, § 5º da Constituição Estadual.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Todas as comunicações ou notificações relativas a este Contrato serão enviadas para os seguintes endereços:

CONTRATANTE: Av. Visconde de Inhaúma, nº 1629, Bairro: Pedreira na Cidade de Belém
CEP: 66085-734

CONTRATADA: Passagem Jose Leal Martins, nº 585, bairro: Marco na Cidade de Belém
CEP: 66095-280

CONTRATADA declara neste ato ter pleno conhecimento e compreensão das especificações técnicas, dos documentos e demais condições contratuais, não podendo, pois, em nenhuma circunstância, alegar o desconhecimento dos mesmos para isentar-se de responsabilidade pela correta execução do Contrato;

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - DAS COMUNICAÇÕES

25.1 – As comunicações entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA serão feitas sempre por escrito, podendo ser realizadas por fax- símile ou e-mail, desde que sejam subscritos ou assinados por quem as represente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – DO FORO

26.1 – É competente o Foro da Justiça Estadual, Estado do Pará, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja para dirimir todas as questões relativas ou resultantes do presente Contrato.

E por assim acordarem, as partes declaram aceitar todas as disposições estabelecidas neste Contrato que, lido e achado conforme, vai assinado pelos representantes e testemunhas a seguir, a todo o ato presentes:

Belém, 04 de Maio de 2023.

VERA LUCIA ALVES DE OLIVEIRA
SECRETARIA DE ESTADO DE COMUNICAÇÃO – SECOM
CONTRATANTE

FRANK SINATRA DE
AZEVEDO
MONTEIRO

Assinado de forma digital por
FRANK SINATRA DE AZEVEDO
MONTEIRO
Dados: 2023.05.04 10:59:35 -03'00'

FRANK SINATRA DE AZEVEDO
NFS MONTEIRO SOLUÇÕES TECH LTDA
CONTRATADA

TESTEMUNHA 1:

CPF: [REDACTED]

TESTEMUNHA 2: *Juarez Victor O. Bentes*

CPF: [REDACTED]